



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS**

Ao Senhor Secretário de Planejamento

Assunto: Resultados de 2017 – Painel de Contribuição da Assessoria de Políticas Institucionais.

De ordem do Assessor de Políticas Institucionais André Luiz Cappi Pereira, encaminho os resultados do Painel de Contribuição desta Assessoria referente ao ano de 2017.

Atenciosamente,

CLÁUDIA MARIA RAMOS
Assessoria de Políticas Institucionais
Coordenadora

**Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017**

Unidade: Assessoria de Políticas Institucionais

Objetivo Estratégico	Objetivo Tático (objetivo da Unidade)	Plano de ação para 2017	Resultados alcançados	IRF
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Reestruturar a atividade-fim.	1. Levantar as atribuições e atividades realizadas pela atividade-fim.	Foram mapeadas as atividades das seguintes unidades da atividade-fim: Secretaria, Setor de Apoio, Análise Processual, Setor de Atendimento e Divisão de Registro e Controle de Feitos. Assim, por volta de 70% das unidades foram mapeadas. Ademais, foi instituída a Comissão responsável por dimensionar a estrutura do MPDFT, ficando a cargo dessa Comissão o estudo de todas as atividades da área-fim (em andamento).	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Reestruturar a atividade-fim.	2. Desenvolver <i>dashboard</i> para cruzamento de informações da base de dados do MPDFT.	Sistema em funcionamento e disponível para consulta de dados gerenciais e realização de cruzamento de informações.	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Reestruturar a atividade-fim.	3. Cruzamento de estudos estatísticos para realização da proposta de alteração na estrutura.	A reestruturação administrativa do MPDFT baseou-se nos estudos estatísticos realizados pela Assessoria de Gestão de Informações Institucionais/Secplan, na pesquisa realizada pela API sobre atendimento ao público dos Setores de Atendimento das Coordenadorias e no mapeamento de técnicos administrativos (formação e lotação). Além disso, foram promovidas diversas reuniões com a participação dos Coordenadores Administrativos e de Promotores de Justiça. Essas informações foram cruzadas com os dados gerados no sistema de dados gerenciais desenvolvido pela STI em 2017.	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Reestruturar a atividade-fim.	4. Dimensionar o tempo de implementação de 100% da estrutura de gabinete para as Promotorias de Justiça.	1) Criação do Núcleo de Apoio Operacional da chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no qual foram lotados analistas de Direito com o objetivo de suprir afastamentos de longa duração de servidores dessa especialidade nas unidades do MPDFT. 2) Implementação definitiva do teletrabalho. 3) Implantação da nova estrutura da área-fim, com a criação de estrutura de gabinete para atender 304 Promotorias de Justiça, sendo 15 CC-04, 70 CC-02, 45 CC-01 e 142 FC-02. d. 4) Criação da Assessoria Especial do Processo Eletrônico (AEPE) possibilitou aprimorar a coordenação dos trabalhos de implantação do Processo Eletrônico em todo o MPDFT.	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Reestruturar a atividade-fim.	5. Criar estrutura de gabinete para Promotorias de Justiça do MPDFT.	Implantação da nova estrutura da área-fim, com a implementação de 272 gabinetes de promotoria de Justiça e a criação das Chefias de Gabinetes das Coordenadorias. Até dezembro de 2018 serão contemplados os escritórios que ainda não contam com estrutura de gabinete definitiva.	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Realizar estudo para dimensionar o impacto da implantação do Pje na estrutura do MPDFT.	6. Realizar <i>benchmarking</i> em instituição que já dimensionou força de trabalho identificando as que possam auxiliar na realização do estudo.	Análise do estudo de dimensionamento de força de trabalho da Justiça Federal.	1
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Realizar estudo para dimensionar o impacto da implantação do Pje na estrutura do MPDFT.	7. Realizar parceria com instituição de pesquisa com experiência em dimensionamento de força de trabalho.	Foram realizados contatos e reuniões com a Unb e com o Ipea, no entanto a parceria não chegou a ser firmada por questões orçamentárias ou por falta de adequação das propostas.	0
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Realizar estudo para dimensionar o impacto da implantação do Pje na estrutura do MPDFT.	8. Capacitar equipe do MPDFT para medir o impacto da implementação do Pje.	Não houve a capacitação.	0

**Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017**

Aprimorar a estrutura física e organizacional	Realizar estudo para dimensionar o impacto da implantação do Pje na estrutura do MPDFT.	9. Estabelecer critérios objetivos para criação de estrutura, bem como distribuição de pessoal, CC e FC.	Em construção.	0
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Realizar estudo para dimensionar o impacto da implantação do Pje na estrutura do MPDFT.	10. Rever as estruturas das unidades vinculadas à API e à SG.	Reestruturação da área-meio com a horizontalização e o enxugamento de estrutura da API, da Secor (que absorveu as atribuições do Escritório de Gestão de Competência e da CAM) e das Câmaras de Coordenação e Revisão. Criação da Coordenadoria Executiva de Autocomposição. Criação de Subsecretaria na estrutura das secretarias vinculadas à Secretaria-Geral.	1
Buscar maior celeridade das rotinas operacionais.	Reavaliar a estrutura da API e da atividade-meio do MPDFT.	11. Revisar os processos de trabalho da API.	Os processos foram revisados e constam no novo Regimento Interno do MPDFT.	1
Total de Ações: 19		Total de ações planejadas: 11		total de iniciativas executadas/total de iniciativas planejadas: 72%

Resultado de destaque
1) Criação do Núcleo de Apoio Operacional da chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no qual foram lotados analistas de Direito com o objetivo de suprir afastamentos de longa duração de servidores dessa especialidade nas unidades do MPDFT. 2) Implementação definitiva do teletrabalho. 3) Implantação da nova estrutura da área-fim, com a criação de 304 gabinetes de promotoria de Justiça e a implementação de 272 (antes eram 124) cargos em comissão e funções de confiança, sendo 15 CC-04, 70 CC-02, 45 CC-01 e 142 FC-02. 4) Criação da Assessoria Especial do Processo Eletrônico (AEPE) possibilitou aprimorar a coordenação dos trabalhos de implantação do Processo Eletrônico em todo o MPDFT.